SINERGIA SUSTENTÁVEL: A FORÇA DAS COOPERATIVAS E ECONOMIA COLABORATIVA PARA POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO

SINERGIA SOSTENIBLE: EL PODER DE LAS COOPERATIVAS Y LA ECONOMÍA COLABORATIVA PARA MEJORAR EL DESARROLLO

SUSTAINABLE SYNERGY: THE POWER OF COOPERATIVES AND THE COLLABORATIVE ECONOMY TO ENHANCE DEVELOPMENT

Diana Tondolo[1]; Thaís Camponogara Aires da Silva[2]; Tanice Andreatta[3]

[1]Graduanda em Economia, Universidade Federal de Santa Maria

[2] Mestre em Direito, Universidade Federal de Santa Maria

[3] Doutora em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Palavras-chave: Economia cooperativa. Economia circular. Desenvolvimento sustentável. Cooperativas.

Palabras clave: Economía cooperativa. Economía circular. Desarrollo sostenible. Cooperativas.

Keywords: Cooperative economy. Circular economy. Sustainable development. Cooperatives.

INTRODUÇÃO

As iniciativas de organizações cooperativas e os modelos de economia da cooperação vêm ganhando destaque como alternativas eficazes para enfrentar desafios econômicos e sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Essas organizações, fundamentadas em princípios como a autogestão, a participação democrática e a solidariedade, buscam proporcionar benefícios econômicos e sociais para seus membros e comunidades, ao invés de priorizar o lucro individual. As cooperativas, em particular, são essenciais para a promoção de empregos, inclusão social e distribuição equitativa de riqueza, atuando em setores diversos como agricultura, serviços financeiros, energia e tecnologia.

No contexto da economia circular, essas iniciativas se fortalecem ainda mais ao integrarem práticas que visam a redução de resíduos, a reutilização de materiais e a reciclagem, prolongando o ciclo de vida dos produtos e minimizando os impactos ambientais. A economia circular, ao contrário do modelo linear de produção e consumo, propõe um sistema regenerativo em que os recursos são utilizados de maneira mais eficiente, promovendo o desenvolvimento econômico sem esgotar os recursos naturais.

A intersecção entre economia cooperativa e circular tem demonstrado um potencial significativo para o desenvolvimento local e global. Ao estimular o uso compartilhado de recursos e a criação de cadeias de valor mais sustentáveis, essas iniciativas oferecem soluções inovadoras que contribuem tanto para o bem-estar social quanto para a preservação ambiental. Nesse sentido, o estudo dessas abordagens se torna importante para compreender como as práticas colaborativas e sustentáveis podem influenciar positivamente o desenvolvimento de longo prazo, com impactos sociais, econômicos e ambientais de grande relevância.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem de revisão bibliográfica, focada em identificar e analisar iniciativas de organizações cooperativas e de economia colaborativa, assim como seus impactos no desenvolvimento sustentável. Para tanto, foram utilizadas as bases de dados Google Acadêmico, PubMed e SciELO, abrangendo o período de 2020 a 2024. A seleção das fontes se deu por meio de uma busca sistemática utilizando as seguintes palavras-chave: “organizações cooperativas,” “economia da cooperação,” “economia circular,” “desenvolvimento sustentável,” e “iniciativas cooperativas.” Foram priorizados estudos que tratassem diretamente da intersecção entre esses conceitos e suas aplicações práticas em diferentes contextos econômicos e sociais. Também, consultou-se artigos e livros relacionados a direitos humanos e mudanças climáticas, para abordagem da sustentabilidade, publicados no mesmo período de 2020 a 2024.

A pesquisa seguiu os seguintes critérios de inclusão: (i) artigos revisados por pares; (ii) publicações que discutissem experiências concretas de cooperativas e/ou economia circular, com foco no desenvolvimento sustentável; e (iii) publicações em português e inglês. Excluíram- se trabalhos que não apresentassem relação direta com o tema ou que não tivessem passado por revisão por pares. O processo de análise consistiu na leitura crítica e comparativa dos resultados apresentados em cada estudo, buscando identificar padrões, tendências e lacunas na literatura existente. Os dados coletados foram organizados em duas principais categorias temáticas, uma com foco na evolução das cooperativas e a segunda com enfoque nos princípios da economia cooperação e suas interações com as cooperativas, permitindo uma visão abrangente sobre os desafios, oportunidades e impactos dessas iniciativas no contexto global e local.

HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS

As organizações cooperativas possuem um histórico rico e uma evolução que remonta a séculos, com raízes em práticas comunitárias e de solidariedade, especialmente em períodos de crise ou necessidade coletiva. A origem das cooperativas modernas, no entanto, é geralmente associada ao movimento cooperativista de Rochdale, fundado em 1844 na Inglaterra por um grupo de trabalhadores têxteis. Esses operários, enfrentando condições adversas de trabalho e exploração econômica, uniram-se para formar uma sociedade que garantisse o acesso a bens de consumo a preços justos e condições equitativas para todos os membros. A cooperativa de Rochdale é considerada um marco porque estabeleceu os princípios que norteiam o cooperativismo até os dias atuais.

Os princípios cooperativistas, delineados inicialmente pelos Pioneiros de Rochdale, são valores centrais que diferenciam as cooperativas de outras formas de organização empresarial. Entre esses princípios, destacam-se a adesão voluntária e livre, permitindo que qualquer pessoa possa se associar sem discriminação; o controle democrático pelos membros, que assegura a participação igualitária dos cooperados nas decisões da organização; a participação econômica dos membros, em que os cooperados contribuem para o capital da cooperativa de forma equitativa e controlam a alocação dos resultados; e o princípio da autonomia e independência, garantindo que as cooperativas sejam geridas de forma independente de influências externas.

As cooperativas promovem a educação, formação e informação de seus membros e da comunidade, fortalecendo o conhecimento sobre o sistema cooperativo, e mantêm uma intercooperação, buscando a colaboração com outras cooperativas em nível local e global. O último princípio envolve a preocupação com a comunidade, o que demonstra o compromisso das cooperativas em melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das comunidades onde estão inseridas (PEREIRA, 2023).

O papel das cooperativas no desenvolvimento econômico e social é amplamente reconhecido, sobretudo em contextos de vulnerabilidade econômica. As cooperativas proporcionam acesso a bens e serviços a preços mais justos, favorecendo o consumo consciente e o desenvolvimento econômico local. Elas também desempenham um papel significativo na geração de empregos, sobretudo em regiões rurais ou em setores da economia que enfrentam desafios estruturais, como o agrícola. Ao promover o controle democrático e a participação direta dos membros, as cooperativas criam uma estrutura econômica que valoriza as necessidades das pessoas sobre o lucro, oferecendo uma alternativa ao modelo capitalista tradicional.

Além disso, promovem inclusão social, criando oportunidades para grupos marginalizados ou vulneráveis, como agricultores familiares, trabalhadores informais e comunidades indígenas. Em muitos países, as cooperativas foram instrumentos fundamentais na implementação de políticas de desenvolvimento rural e na redução das desigualdades sociais, fortalecendo o tecido social e econômico das comunidades em que estão inseridas. A capacidade das cooperativas de proporcionar serviços financeiros, educacionais e de saúde em áreas que carecem de infraestrutura estatal adequada também é um fator determinante para seu impacto social positivo (LOBATO, 2021).

Os modelos cooperativos podem ser encontrados em diversos setores da economia, com destaque para os setores agrícola, financeiro e energético, entre outros. No setor agrícola, as cooperativas desempenham um papel essencial, especialmente entre pequenos produtores que, ao se unirem, conseguem adquirir insumos a preços mais competitivos, vender suas produções a preços melhores e acessar mercados que, de outra forma, estariam fora de seu alcance. Essas cooperativas ajudam a organizar a produção, a logística e a comercialização, proporcionando aos agricultores maior estabilidade financeira e maior capacidade de negociação com grandes compradores e redes de distribuição. Um exemplo notável são as cooperativas de café, especialmente em países da América Latina e da África, onde milhares de pequenos produtores se beneficiam da estrutura cooperativa para exportar seus produtos a mercados internacionais.

No setor financeiro, as cooperativas de crédito, também conhecidas como cooperativas financeiras ou bancos cooperativos, surgiram como uma alternativa às instituições bancárias tradicionais. Estas cooperativas oferecem serviços financeiros, como poupança, crédito e investimento, aos seus membros, com condições mais favoráveis e juros mais baixos. O diferencial dessas cooperativas em relação aos bancos tradicionais está na distribuição dos lucros, que é feita de forma equitativa entre os membros, ao invés de ser destinada a acionistas. As cooperativas de crédito têm um papel importante no apoio a pequenas e médias empresas, e também na inclusão financeira de indivíduos que, de outra forma, não teriam acesso a crédito ou serviços bancários, especialmente em áreas rurais ou comunidades de baixa renda (PRICHOA, 2023).

No setor energético, as cooperativas também têm se destacado, principalmente em regiões que buscam formas mais sustentáveis e acessíveis de geração e distribuição de energia. As cooperativas de energia renovável surgiram como uma resposta à crescente demanda por soluções sustentáveis e à necessidade de democratizar o acesso à energia. Essas cooperativas investem em tecnologias de energia solar, eólica, biomassa e hidroelétrica, promovendo a produção descentralizada de energia limpa e reduzindo a dependência de grandes corporações ou de fontes não renováveis. Elas permitem que os membros, muitas vezes residentes de áreas rurais ou afastadas dos grandes centros urbanos, tenham controle sobre sua própria produção de energia, tornando as comunidades mais autossuficientes e resilientes frente às crises energéticas e às mudanças climáticas (ARAÚJO, 2023).

Destaca-se que, para Henri Acselrad (2022, p. 3), a expressão “mudança climática”, na atualidade, significa “uma ruptura nos padrões de comportamento das variáveis climáticas”, ressaltando os impactos sociais e econômicos deste fenômeno, em que os grupos vulneráveis da população são os mais atingidos pelos efeitos negativos das práticas não sustentáveis com o meio ambiente, sendo vítimas de injustiças ambientais. Nesse sentido, comunidades autossuficientes e empoderadas demonstram maior capacidade de enfrentamento desta problemática, também pela redução das vulnerabilidades sociais locais, o que é reconhecido inclusive pela Organização das Nações Unidas (CONECTAS, 2023, p. 22). Mediante o acesso a direitos básicos, fundamentais, aos indivíduos há o acesso à cidadania, o que traz empoderamento da população, uma vez que cidadania e direito estão interrelacionados (SILVA, 2024, p. 10). A ruptura com o pensamento individualista, para focar-se nos interesses do grupo, em prol de melhorias em sua comunidade por meio de participação ativa e crítica, demonstra o exercício da cidadania (SILVA, 2024, p. 25), tal como se observa nos modelos cooperativos.

ECONOMIA DA COOPERAÇÃO E SEUS PRINCÍPIOS

A economia da cooperação, também conhecida como economia colaborativa, representa um novo paradigma econômico baseado na partilha, colaboração e uso otimizado de recursos entre indivíduos e organizações. Diferente dos modelos econômicos tradicionais, que se baseiam na acumulação de capital e na posse exclusiva de bens e serviços, a economia colaborativa é fundamentada na ideia de que os recursos podem ser compartilhados, promovendo o acesso em detrimento da propriedade. Esse modelo se fortaleceu especialmente com o avanço da tecnologia e o surgimento de plataformas digitais, que facilitam a intermediação entre ofertantes e consumidores, permitindo a troca e o compartilhamento de bens, serviços, conhecimento e até mesmo tempo.

Os fundamentos da economia colaborativa são a confiança mútua, o compartilhamento de recursos e o empoderamento das pessoas como agentes econômicos. Plataformas como Uber, Airbnb, e até cooperativas de consumo de energia renovável, por exemplo, surgem como exemplos de organizações que operam sob os princípios da economia colaborativa. Nelas, o objetivo é criar valor compartilhado por meio da otimização de recursos já existentes, seja no compartilhamento de veículos, espaços de moradia, ou na produção e distribuição de energia (MADRINHA, 2023).

As diferenças entre a economia tradicional e a economia da cooperação são profundas e afetam não apenas os mecanismos de oferta e demanda, mas também a forma como os agentes econômicos se relaciona. Na economia tradicional, o modelo capitalista promove a maximização dos lucros individuais e a competição como motores do desenvolvimento econômico. As empresas competem por *market share*, e os consumidores buscam adquirir produtos e serviços que lhes tragam mais vantagens individuais. O foco está na posse e no acúmulo, o que, por vezes, gera ineficiências, como o subaproveitamento de bens.

Na economia da cooperação, por outro lado, o foco é no uso compartilhado e na otimização de recursos subutilizados. Em vez de cada indivíduo ter que adquirir um bem ou serviço, eles podem simplesmente acessá-lo quando necessário, reduzindo os custos e aumentando a eficiência. O impacto da economia colaborativa em comunidades locais é significativo, tanto no aspecto econômico quanto social. Em termos econômicos, a colaboração permite o fortalecimento de pequenas economias, proporcionando oportunidades para que pequenos negócios locais prosperem ao oferecerem seus produtos ou serviços de maneira mais acessível e competitiva. Cooperativas locais, por exemplo, permitem que produtores agrícolas pequenos e médios se organizem para comercializar seus produtos diretamente ao consumidor, eliminando intermediários e aumentando sua margem de lucro, ao mesmo tempo que oferecem preços mais justos aos consumidores (DE MELO, 2024).

Ao analisar estes fatos percebemos que a base da economia da cooperação também conhecidada como economia colaborativa se dá através de modelos e aspirações da economia circular que tem 4 pilares sendo eles: redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais. Estas teorias e ações obtiveram grande pertinência ao defenderem a ideia de criação de produtos com ciclos múltiplos, isto é, sua vida útil bem como materias para confeção já são pensados na parte do projeto, visando o reuso dos recursos e diminuição do desperdício (FIA; FIA, 2022). Ambas teorias se complementam, apesar de diferenças nos métodos, tem por finalidade beneficiar a natureza.

Socialmente, a economia colaborativa promove a coesão comunitária, incentivando o trabalho coletivo e o fortalecimento de laços de confiança entre os membros de uma comunidade. Ao participar de sistemas de troca ou de compartilhamento de bens e serviços, as pessoas estabelecem novas redes de relacionamentos, o que pode fortalecer o capital social e a resiliência de uma comunidade frente a crises econômicas ou ambientais. Além disso, a economia colaborativa permite que comunidades anteriormente excluídas ou marginalizadas tenham acesso a recursos e serviços essenciais, que, em um modelo tradicional, estariam fora de seu alcance.

Diante disso, há também o acesso à dignidade, visto que os indivíduos têm a possibilidade de realizar escolhas para sua própria vida (ZEIFERT, 2023, p. 52), em um exercício de liberdade, considerando que não basta a mera sobrevivência, mas é preciso uma vida digna, o que resulta em desenvolvimento social.

Portanto, a economia colaborativa oferece um caminho inovador para a criação de valor econômico e social, especialmente em um mundo cada vez mais interconectado e voltado para a sustentabilidade. Ao priorizar o compartilhamento, a confiança mútua e a otimização de recursos, ela se diferencia de forma significativa da economia tradicional, oferecendo soluções mais inclusivas, acessíveis e sustentáveis para os desafios contemporâneos (BARBERINO, 2024). Nesse sentido, a economia colaborativa promove a construção da sustentabilidade, a qual é desafiada pelas desigualdades sociais.

CONCLUSÃO

As organizações cooperativas e a economia da cooperação demonstram ser modelos eficazes para enfrentar os desafios econômicos e sociais atuais, promovendo uma visão de desenvolvimento sustentável e inclusivo. A partir de princípios como a autogestão, o compartilhamento de recursos e a participação democrática, as cooperativas contribuem significativamente para a geração de empregos, inclusão social e redução das desigualdades, especialmente em contextos vulneráveis.

A economia colaborativa, com o avanço das tecnologias digitais, oferece novas oportunidades para a criação de valor econômico e social, promovendo a otimização de recursos e a redução de desperdícios. A interseção entre a economia cooperativa e a economia circular fortalece ainda mais esses modelos, permitindo que práticas sustentáveis sejam adotadas em diversos setores, como o agrícola, financeiro e energético.

Ao priorizar o acesso em detrimento da propriedade e promover a colaboração, essas iniciativas têm impacto positivo nas comunidades locais, fortalecendo o tecido social e gerando uma economia mais inclusiva e sustentável, e também possibilitando o acesso à dignidade e a direitos básicos outrora distantes destes grupos, bem como o exercício da cidadania.

Dessa forma, conclui-se que tanto as organizações cooperativas quanto a economia colaborativa são fundamentais para a construção de um futuro mais justo, solidário e ambientalmente responsável. Ao unir inovação e sustentabilidade, esses modelos oferecem soluções viáveis para os desafios globais, contribuindo para um desenvolvimento econômico que valoriza o bem-estar coletivo e a preservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. O “social” nas mudanças climáticas**. Liinc em Revista.** v. 18, n. 1. Rio de Janeiro, 2022. p. 01-19. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5930/5585. Acesso em: 30 jul. 2024.

ARAÚJO, Esdras Miranda de. **Comunidades de energia para condomínios**: estudo de caso para o Alphaville Ceará-residencial 1 e 2. 2023. 2023.

BARBERINO, Elaine da Silva. **Educação e práticas sociais**: vivências e experiências de uma líder comunitária na Comunidade Terra do Sol e adjacências, 2024. Disponível em: http://www.bdtd.ueg.br/handle/tede/1503. Acesso em: 16 set. 2024.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Impulsionando a ação climática a partir dos direitos humanos**: relatório completo. São Paulo: Conectas, 2023. Disponível em: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2023/10/relatorio-climatico-03-impulsionando-a-acao-climatica.pdf. Acesso em: 16 set. 2024.

FIA; FIA. **Economia circular:** o que é, como funciona e exemplos. Disponível em: https://fia.com.br/blog/economiacircular/#:~:text=Na%20verdade%2C%20a%20economia%20circular%20se%20baseia. Acesso em: 18 set. 2024.

LOBATO, Camila Carneiro. Agricultura familiar como protagonista do cooperativismo em contexto de pandemia: o caso da cooperativa agroindustrial 8 de Junho-Coperjunho. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2017.

MADRINHA, Sandro Cardoso. A Influência da Indústria 4.0 no aumento de Competitividade: Uma perspetiva do Marketing no Setor do Calçado. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Fiscalidade. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. 2023. Diponível em: https://repositorio.ipl.pt/entities/publication/8c867106-d0b5-40b3-8152-dda5af37e2ba. Acesso em: 18 set. 2024.

MELO, Bruno Aguiar Carrara de. **A economia capitalista como sistema complexo**: evolução de preços do trigo e emergência de estrutura fractal do mercado. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte, 2024.

PEREIRA, Aline Alessandra Zimmer da Paz. Arpilleras chilenas e brasileiras: práticas poéticas, práticas de luta. Dissertação de Mestrado . Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRGS. 2023. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/268155. Acesso em: 18 set. 2024.

PRICHOA, Liziane Fátima. A agropecuária e os fatores mediadores para o desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a agricultura familiar no município de Dianópolis/TO. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU. 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNITAU_abdd0136ff1574061d62cd94292eb707. Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, Thaís Camponogara Aires da. **Socioambientalismo e direito à moradia digna enquanto direito de solidariedade.** Porto Alegre: Casaletras, 2024.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti. Transferência de renda, proteção social e direitos humanos. In: WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; NIELSSON, Joice Graciele; CENCI, Daniel Rubens. **Direitos humanos e democracia:** anuário do programa de pós-graduação em Direito da Unijuí. Ijuí : Unijuí, 2023. 246 p. p. 143-158.